

Radars GSUM

nº 3 – De 05 a 18 de Dezembro de 2015



Colômbia

Caminhando em direção à paz



Colômbia & Venezuela

Crise na fronteira



Venezuela

Tensões e mudanças no Parlamento



Venezuela & Guiana

Idas e vindas pelo Essequibo



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



GSUM

Global South Unit for Mediation

Colômbia **Caminhando em direção à paz**

No dia 15 de dezembro, um ano e meio após o início da discussão sobre vítimas e quase três meses após o anúncio de seu êxito, as delegações finalmente atingiram um consenso sobre seus últimos tópicos e divulgaram o [texto completo do acordo](#). A conclusão definitiva do quinto ponto da agenda foi menos celebrada e mais sóbria do que o já histórico 23 de setembro, embora venha reforçar ainda mais a ideia de que o processo de paz se revela, à essa altura, um caminho sem volta. Por meio do [Comunicado Conjunto n. 64](#), lido pelos representantes garantidores de Cuba (Rodolfo Benitez) e Noruega (Dag Nylander), as delegações reafirmaram a centralidade das vítimas no processo, bem como seu direito à verdade, à justiça, à reparação e à não repetição – princípios que, na ocasião, o negociador-chefe do governo, Humberto de la Calle, declarou serem “[um mantra que tem sido nosso centro de gravidade nas discussões de Havana](#)”. O Comunicado discorria, ademais, sobre os mecanismos que se criarão para cumprir os compromissos assumidos perante as vítimas do conflito, argumentando que “[uma resposta ampla e genuína aos direitos das vítimas é a base da justiça](#)”.

O acordo prevê a criação do Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não Repetição, que “[combina mecanismos judiciais que permitam a investigação e sanção de graves violações aos direitos humanos com mecanismos extrajudiciais complementares que contribuam ao esclarecimento da verdade](#)”. São cinco os elementos constituintes de tal sistema: (i) a Comissão da Verdade; (ii) a unidade de busca de pessoas desaparecidas; (iii) a Jurisdição Especial para a Paz; (iv) as medidas de reparação integral; e (v) as garantias de não repetição. No dia 06 de dezembro, antecipando-se aos compromissos que assumiriam no acordo, as FARC assumiram responsabilidade e pediram perdão pelo massacre de Bojayá (Chocó) de 2002, que deixou 79 mortos e mais de 100 feridos. Diante de autoridades e vítimas, a guerrilha afirmou, por meio de seu representante, Pastor Alape, que “[Bojayá é uma semente para a paz na Colômbia](#)”.

Uma comissão integrada por dez vítimas do conflito – escolhidas dentre os 60 membros das cinco delegações de vítimas pela Conferência de Bispos Católicos, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Universidade Nacional – viajou a Havana para participar da solenidade do dia 15 de dezembro. A jornalista Jineth Bedoya, vítima de violência sexual, foi a porta-voz da comissão e declarou aos negociadores que “[se falharem, não o farão conosco \[as vítimas\], e sim com a história da Colômbia](#)”. Bedoya argumentou que o apoio das vítimas ao processo de paz não significa uma abdicação à justiça, a reparações e, principalmente, à verdade. Ela também expressou a decepção dos representantes das vítimas com a ausência de mulheres na mesa de negociações. Em conversa com [Virginia Bouvier](#), Debora Barros, líder de um movimento de vítimas de La

Guajira e membro da comissão que compareceu ao anúncio, observou que “as vítimas foram fundamentais ao processo de paz. Sem elas, não haveria progresso no tema”. Barros destacou, por outro lado, que, apesar de ver com otimismo a experiência da participação das vítimas durante as conversações, muitos membros das delegações foram estigmatizados e impunemente ameaçados após retornarem de Havana.

O acordo foi bem recebido em diferentes setores da sociedade colombiana, com declarações de apoio por parte de instituições como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Associação Nacional de Comércio Exterior (Analdex) e a Associação Nacional de Empresários da Colômbia (Andi). Na esfera internacional, o logro recebeu mensagens congratulatórias por parte da ONU e da OEA (Organização dos Estados Americanos). O coordenador da ONU na Colômbia, Fabrizio Hochschild, considerou este passo o mais importante dos diálogos de paz. Em comunicado oficial, a organização declarou que “a comunidade internacional, que tem acompanhado por muitos anos as vítimas na Colômbia, prestará todo o apoio possível para assegurar a implementação efetiva deste acordo”. Alguns dias antes do anúncio, por ocasião do Dia Internacional contra a Corrupção, a ONU alertara para a necessidade da elaboração de iniciativas anticorrupção para o pós-conflito, de modo a blindar os recursos destinados à eventual implementação dos acordos finais. O Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, por sua vez, emitiu um comunicado em que rotulava o fim desta etapa “um novo passo histórico”. A OEA também destacou o empenho da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) em reivindicar a participação das vítimas no processo.

Os Estados Unidos também seguem manifestando apoio ao processo de paz – no dia 09 de dezembro, em conversa telefônica com o presidente Juan Manuel Santos, o vice-presidente americano, Joe Biden, se mostrou satisfeito com os avanços das conversações. No dia 16 de dezembro, o ex-presidente colombiano Andrés Pastrana anunciou que os dois países promoverão uma celebração na Casa Branca, em Washington, em fevereiro do ano que vem, em virtude dos 15 anos do Plano Colômbia. O evento deverá reunir presidentes e ex-presidentes envolvidos no Plano desde sua concepção – da Colômbia, Andrés Pastrana, Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos; e, dos EUA, George W. Bush e Barack Obama. Pastrana negou que a celebração tenha relação com o processo de paz e afirmou que ela será motivada pela transição do país “de um Estado falido à Colômbia de agora”.

Não obstante haja otimismo por parte de diversos atores, ainda há uma série de críticas e perguntas em aberto a respeito do acordo de vítimas. Em artigo para La Silla Vacía, Juanita León defende que “a justiça transicional tem três pernas: a verdade, a justiça e a reparação. E os especialistas dizem que quase sempre os acordos de paz alcançados privilegiam uma ou duas para compensar a deficiência da terceira. O caso colombiano não é uma exceção”. O acordo teria, portanto, priorizado a verdade e a reparação em detrimento da justiça. Para León, o sistema de justiça transicional e as penas a serem

atribuídas pelo Tribunal de Paz são resultado de sacrifícios de ambas as partes negociadoras; porém, esses sacrifícios foram mais simbólicos e menos práticos para as FARC, enquanto o contrário ocorreu para o governo. Em [entrevista](#) ao GSUM, Sérgio Guarín, Coordenador de Pós-Conflito e Construção da Paz na Fundação Ideias para a Paz, teceu argumento semelhante ao afirmar que o acordo foi guiado, em primeiro lugar, pela preocupação com o direito das vítimas à verdade, enquanto que a questão da justiça ocupou lugar secundário e foi apenas parcialmente satisfeita. Segundo Guarín, não há no país, neste momento, um consenso social sobre que senso de justiça a sociedade espera retirar do processo de paz, e esse é um problema que deverá ser resolvido da fase de implementação dos acordos.

A dois pontos de um acordo final – o fim do conflito e os mecanismos para referendo popular e implementação –, as duas delegações voltarão a se reunir no início do ano que vem com vistas a cumprir o prazo estabelecido em setembro (23 de março de 2016). Antes mesmo da divulgação do acordo sobre vítimas, as FARC já se declaravam prontas a discutir o fim do conflito. Em comunicado oficial, a guerrilha afirmou que tem se dedicado à [“construção de confiança, à redução dos confrontos e à formulação de propostas”](#). Por meio de sua página na internet, as FARC divulgaram o que consideram as [10 propostas mínimas para o fim do conflito](#). O governo, por sua vez, tem apressado a preparação do aparato jurídico necessário para a implementação dos acordos. Tal aparato depende de dois eixos principais – em primeiro lugar, a aprovação final do plebiscito de aprovação popular para os acordos, que, aprovado nas duas casas do Congresso, encontra-se em análise pela Suprema Corte; e, em segundo lugar, a reforma constitucional necessária para a criação de um regime especial de aprovação de leis destinadas à construção da paz. Apesar de [61% da população declarar apoio e voto positivo em um possível plebiscito](#), ainda restam, além da resoluta oposição das FARC ao formato, diversas [dúvidas](#) sobre sua provável realização.

Fontes:

- EL TIEMPO. *“La Unidad Nacional está vivita y coleando: Juan Fernando Cristo”*. Bogotá (05/12/15): <http://goo.gl/4mmmsr>
- EL PAÍS. *“19 preguntas claves para entender el plebiscito por la paz”*. Bogotá (14/12/15): <http://goo.gl/q1Y3Ql>
- FUNDACIÓN PAZ & RECONCILIACIÓN. *“El 61% de los colombianos apoyan Plebiscito por la Paz”*. Bogotá (11/12/15): <http://goo.gl/lkPiM>
- EL ESPECTADOR. *“13 años después, Farc lloran por masacre de Bojayá”*. Bogotá (07/12/15): <http://goo.gl/OCBJK8>
- RECONCILIACIÓN COLOMBIA. *“Las palabras de las Farc a la población de Bojayá”*. Bogotá (09/12/15): <http://goo.gl/CEbtqG>
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUG AND CRIME (UNODC). *“Lanzamiento de iniciativa en el Día Internacional contra la Corrupción”*. Bogotá (09/12/15): <http://goo.gl/Fd9nz4>
- WHITE HOUSE. *“Readout of Vice President Biden’s Call With Colombian President Juan Manuel Santos”*. Washington (09/12/15): <https://goo.gl/fRQYvY>
- INFOLATAM. *“Las FARC dicen estar listas para debatir sobre fin de conflicto en Colombia”*. Bogotá (12/12/15): <http://goo.gl/F8LHLr>
- COLOMBIA CALLS (VIRGINIA BOUVIER). *“A Day of Miracle and Wonder in the Colombian Peace Talks”*. Washington (16/12/15): <https://goo.gl/zP6bPy>
- LA SILLA VACÍA. *“Así les fue a las expectativas de las víctimas en el acuerdo de víctimas”*. Bogotá (16/12/15): <http://goo.gl/zUZ6Rv>
- PACIFISTA. *“Los detalles que faltaban sobre el modelo de justicia de La Habana”*. Bogotá (15/12/15): <http://goo.gl/IHZGW2>

Radar GSUM

nº 3 - De 05 a 18 de Dezembro de 2015

- EL TIEMPO. “Diferentes gremios se pronunciaron sobre el acuerdo de víctimas”. Bogotá (15/12/15): <http://goo.gl/MD9MQk>
- LA SILLA VACÍA. “El acuerdo sobre víctimas: mucha verdad, mucha reparación y poca justicia”. Bogotá (15/12/15): <http://goo.gl/gX00Wj>
- INFOLATAM. “EEUU y Colombia celebrarán los 15 años del “Plan Colombia” en la Casa Blanca”. Bogotá (16/12/15): <http://goo.gl/zwxBGf>

Relatórios

❖ Fundación Paz & Reconciliación

¿Cómo vamos en Restitución de Tierras? En voz de los jueces (15/12/15): <http://goo.gl/eRmWN7>

❖ Fundación Ideas para la Paz – Entrevista a María Victoria Llorente

“No habrá paz por generación espontánea”. (11/12/15): <http://goo.gl/GtkBlN>

❖ Semana – Entrevista a John Paul Lederach

“La firma abrirá heridas”. (05/12/15): <http://goo.gl/Ule2IV>

Declarações

❖ Oficina del Alto Comisionado para la Paz

Comunicado Conjunto #64 (15/12/15): <http://goo.gl/hfgp18>

❖ Oficina del Alto Comisionado para la Paz

Borrador Conjunto – 5. Acuerdo sobre las Víctimas del Conflicto (15/12/15): <http://goo.gl/W4wMnZ>

❖ Oficina del Alto Comisionado para la Paz

Declaración del Jefe de la Delegación del Gobierno Nacional Humberto de la Calle (15/12/15): <http://goo.gl/QPvjTi>

❖ FARC-EP

Mensaje al Pueblo Colombiano sobre el Cierre Definitivo de la Jurisdicción Especial para la Paz y el Acuerdo Parcial sobre Víctimas (15/12/15): <http://goo.gl/CXUTzr>

❖ Presidencia de la República Colombiana

Alocución del Presidente Juan Manuel Santos sobre el acuerdo en materia de víctimas con las FARC (15/12/15): <http://goo.gl/g6mzDb>

❖ Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)

Comunicado de las Naciones Unidas acerca de acuerdo sobre víctimas (15/12/15): <http://goo.gl/DCsdsK>

❖ Organization of American States (OAS)

OAS Secretary General Welcomes New Progress toward Peace (15/12/15):
<http://goo.gl/wN2uJv>

❖ Presidencia de la República Colombiana

Presidente valora gesto de las FARC de pedir perdón por los hechos de Bojayá (09/12/15):
<http://goo.gl/4gAerz>

Colômbia & Venezuela

Crise na fronteira

No dia 07 de dezembro, os deputados venezuelanos eleitos pela Mesa da Unidade Democrática (MUD) declararam que uma das prioridades do novo parlamento será a reabertura da fronteira entre Venezuela e Colômbia. No dia 12 de dezembro, no entanto, o presidente Nicolás Maduro ordenou o reforço das ações militares contra o crime organizado na fronteira com a Colômbia, que segue fechada e sob estado de exceção. O plano de Maduro inclui a criação de uma unidade de elite exclusiva para a região a partir de 2016. “Fazem falta forças especiais de terra, de ar e de rio junto ao povo, à milícia, para libertar toda essa área das ameaças do paramilitarismo e do narcotráfico, que atuam como irmãs siamesas”, disse o presidente.

Após o logro do acordo de vítimas anunciado no dia 15 de dezembro pela Colômbia e pelas FARC, o presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello criticou o que considera a desvalorização do papel da Venezuela no processo de paz e declarou que “se houver paz, será graças a Hugo Chávez e a Nicolás Maduro”. Junto ao Chile, a Venezuela atua como país acompanhante dos diálogos de Havana.

Fontes:

- EL ESPECTADOR. *“Si hay paz en Colombia será gracias a Chávez y Maduro”: Diosdado Cabello*. Bogotá (17/12/15): <http://goo.gl/jyCDek>
- EL UNIVERSAL. *“Venezuela reforzará lucha contra la delincuencia en frontera con Colombia”*. Cúcuta (14/12/15): <http://goo.gl/GF6EVP>
- EL ESPECTADOR. *“Venezuela intensificará acciones contra la criminalidad en frontera con Colombia”*. Bogotá (12/12/15): <http://goo.gl/l0jNsX>
- EL NACIONAL. *“La nueva Asamblea Nacional abrirá la frontera entre Venezuela y Colombia”*. Caracas (07/12/15): <http://goo.gl/7nREKx>
- GOBIERNO BOLIVARIANO DE VENEZUELA. *“Nueva organización militar bolivariana debe revisar muy bien la defensa de fronteras venezolanas”*. Caracas (12/12/15): <http://goo.gl/xutqOa>



Venezuela

Tensões e mudanças no Parlamento

As eleições do último dia 06 de dezembro resultaram na vitória da oposição venezuelana, que angariou **109 das 167 cadeiras** na Assembleia Nacional venezuelana, através de sua coligação Mesa da Unidade Democrática (MUD). Das cadeiras restantes, 55 ficaram com o PSUV, e 3 para a Representação Indígena. De acordo com o resultado divulgado no dia 08 pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano, a MUD alcançou 67% dos votos populares, deixando o PSUV derrotado pela primeira vez nos últimos 16 anos, com 33%.

O resultado das eleições deixam o presidente Maduro em uma situação desconfortável, visto que com 109 cadeiras a oposição será capaz de aprovar anistia para a liberação de presos políticos, bem como alterar a agenda legislativa do país. Apesar da página do CNE não informar a que partido os três representantes indígenas pertencem, a MUD confirmou no dia 09 de dezembro que os eleitos fazem parte de sua aliança, fazendo com que a coligação atinja uma “supermaioria”, que, com 2/3 do Parlamento, conferirá à oposição o direito a reescrever a Constituição, bem como iniciar os procedimentos necessários para um referendo revogatório contra o mandato de Maduro. A nova Assembleia iniciará seus trabalhos no dia 05 de janeiro de 2016, mas ainda há dúvidas sobre qual será a estratégia principal da oposição no corpo legislativo. Enquanto o secretário-executivo da MUD, **Jesus Torrealba**, afirma que a lei da anistia será a prioridade da oposição, o candidato derrotado nas últimas eleições presidenciais, **Henrique Capriles**, defende que “**as prioridades estão na economia, no social e na institucionalidade**”. Ainda não se sabe quem serão os representantes da MUD que integrarão a presidência e a primeira e segunda vice-presidência da Assembleia Nacional. O conselho administrativo, que deverá ser assumido no dia 05 de janeiro por um período de um ano, ainda é uma incógnita.

No dia 09 deste mesmo mês, o presidente Maduro declarou que **não assinará nenhuma lei de anistia** aos presos políticos venezuelanos, e pediu a renúncia coletiva do seu gabinete ministerial, alegando em seu programa televisivo que “a cada medida que a Assembleia tomar, teremos uma reação constitucional, revolucionária e, sobretudo, socialista”. A medida é apenas uma entre outras medidas que fazem parte do seu esforço para recuperar-se das eleições. Dentre as outras ações anunciadas, estão: a promulgação de uma lei de estabilidade trabalhista, que protege o funcionalismo público durante três anos; e a nomeação, ainda nesta legislatura, dos ocupantes das 12 vagas de juízes no Tribunal Supremo de Justiça (TSJ). A oposição afirma que a instância judicial será utilizada como frente de contenção contra a nova formação da Assembleia Legislativa. Por sua vez,

a lei “**habilitante**”, que confere ao presidente Maduro o direito de emitir decretos com peso de lei em situações extremas, continuará em vigor durante todo o mês de dezembro.

O Secretário Geral da UNASUL, Ernesto Samper, afirmou que “**claramente houve uma mudança no equilíbrio interno da Assembleia [venezuelana] e da composição de suas forças**”, e que agora é preciso compreender que se deve superar os desafios comuns para levar à frente a economia venezuelana. No dia 08 de dezembro, a Missão Eleitoral da UNASUL entregou ao CNE um **informe preliminar** sobre o desenvolvimento das eleições legislativas. O informe entregue possui um caráter descritivo acerca do papel desempenhado pela missão antes e durante a jornada eleitoral. Um informe final deverá ser entregue dentro de quinze dias. O representante especial da missão e ex-presidente da República Dominicana, Leonel Fernández, declarou considerar que o processo “**se encerrou de forma otimizada, que o povo da Venezuela compareceu pacificamente às urnas em um espírito de liberdade e alta cidadania, e se respeitou a expressão de sua vontade em termos políticos**”. A implantação da missão teve presença em 15 das 22 províncias do Distrito Capital e cerca de 25 municípios em 9 estados venezuelanos, **visitando mais de 100 centros eleitorais e 300 mesas de voto**. Diante do resultado apresentado, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores ressaltou a solidez e segurança das instituições da UNASUL para cumprir promessas eleitorais com eficiência, transparência e profissionalismo, fortalecendo sua institucionalidade.

Em nota, o Governo brasileiro congratulou “**o povo, as forças políticas e as autoridades venezuelanas pela forma ordeira e pacífica em que transcorreu a jornada eleitoral**”. A declaração do Itamaraty reitera a normalidade do processo, o alto nível de comparecimento dos eleitores e o reconhecimento dos resultados por todas as partes, classificando as eleições e o monitoramento da UNASUL como “**uma vitória expressiva da democracia, para a Venezuela e para a região**”.

Nicolás Maduro rechaçou a postura do secretário de Estado estadunidense, John Kerry, que, no dia 07 de dezembro havia instado as instituições venezuelanas a divulgarem o resultado completo das eleições. Maduro afirmou que a postura ingerente do departamento de Estado dos EUA frente ao processo político venezuelano mostra Kerry como um “**governador especial**” para a Venezuela, desrespeitando a soberania do país.

A ministra das Relações Exteriores da Venezuela, Delcy Rodríguez, declarou que a autoridade eleitoral venezuelana deu uma lição à comunidade internacional, afirmando que “**aqueles que estiveram e têm estado, há muitos anos, em violação da transparência e legitimidade do Poder Eleitoral venezuelano tem sido o bloco de oposição**”. Rodríguez também chamou as forças revolucionárias a participarem do processo de **retificação**, a fim de lidar com o ataque das forças de direita venezuelana. Em sua conta no Twitter, Rodríguez instou o povo a não deixar de defender a liberdade e a soberania do país: “**Com**

a moral intacta acreditamos profundamente em um país soberano e independente. Não desanimem nem um minuto na defesa da liberdade”.

A fim de traçar estratégias para a nova etapa do chavismo, Maduro reuniu-se com 980 delegados do PSUV no dia 10 de dezembro. O presidente declarou ainda que, caso a nova Assembleia decida pelo referendo revogatório, “o povo decidirá, iremos com a verdade já consumada na ameaça da direita, iremos construir uma nova e poderosa maioria, e eu irei às ruas da Venezuela”. Maduro também reconheceu, na noite de 08 de dezembro, que a economia venezuelana, em recessão desde 2014, **contrairá 4%** neste ano, com inflação perto dos 100%. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país possui a maior inflação do mundo, **chegando a 160%**. Por sua vez, o preço do petróleo da OPEP continua caindo, atingindo a marca de **US\$ 32,60** – menor valor em mais de dez anos. O presidente também atribuiu a derrota eleitoral à guerra econômica, que segundo ele, vem sendo imposta pela oposição nos últimos anos. No dia 13 de dezembro, Maduro discursou para quase três mil soldados em um ato das Forças Armadas (FANB), afirmando que a atual crise gerará uma luta de poder entre dois polos: “o polo do país que quer continuar a construir, e o polo antipatriótico, que pela primeira vez observa um sucesso circunstancial”.

O ex-chanceler e atual deputado do PSUV, Elías Jaua, e o cardeal venezuelano Jorge Urosa Savino, pediram a Maduro para ouvir a decisão dos cidadãos nas eleições parlamentares, e “retificar” políticas econômicas que levaram ao descontentamento das urnas. No Twitter, o deputado governista declarou que “**Há oito dias se acabou o tempo para diagnósticos. É tempo para nós avançarmos com as correções que temos de fazer!**”. Já o cardeal Urosa Savino afirmou que os líderes da oposição devem “**com grande humildade fazer todo o possível para tentar resolver os problemas atuais que afligem o povo venezuelano**”. A Assembleia Nacional convocou uma sessão da Câmara no dia 15 de dezembro, a última antes do recesso e da posse dos novos deputados eleitos. Um “**Comitê Executivo**”, composto pelo atual presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, e por todos os diretores da Câmara, formaram um apêndice que poderão tomar decisões até 4 de janeiro.

O governo chileno declarou estar disposto a fazer esforços para facilitar o diálogo entre o governo do presidente Nicolás Maduro e a oposição venezuelana. O chanceler da diplomacia chilena, Heraldo Muñoz, ressaltou que “**o Chile está sempre pronto a acompanhar o povo venezuelano em um diálogo ou entendimento, como tem sido a posição do Chile no âmbito da UNASUL**”. Por sua vez, o presidente do Equador, Rafael Correa, afirmou em entrevista à TeleSur, no último dia 11, que “**se aqui [Equador] a oposição é golpista, na Venezuela ela é 10.000 vezes mais. Claramente há dinheiro do exterior e guerra econômica, como tem havido aqui, mas nós soubemos superá-la**”. Correa ressaltou que em ambos os países as forças da oposição têm uma política comum, baseada na estratégia política de desgaste do governo.

Henrique Capriles propôs, no dia 14 de dezembro, que o novo Parlamento estabeleça uma “lei cadeado”, justificando-a como uma ação que fará com que o governo de Nicolás Maduro pare de “doar” os recursos do Estado para “comprar lealdade” internacional. Segundo Capriles, “temos de parar a diplomacia do petróleo. O governo usou petróleo para comprar a lealdade a seu favor e não em favor dos venezuelanos”. Com a lei, o opositor visa proibir acordos internacionais que considera prejudiciais para o país, e caros às finanças nacionais. Enquanto isso, outros setores da MUD já pedem ajuda ao Parlamento Europeu para pressionar o governo chavista a liberar presos políticos antes do Natal, para que possam passar as festas com suas famílias. A ação é parte de uma campanha lançada no Twitter por Lilian Tintori, esposa do dirigente opositor encarcerado, Leopoldo López. O presidente do governo espanhol, Mariano Rajoy, reclamou a liberdade de López em um ato político em que esteve presente o pai do opositor preso. Rajoy apoiou a campanha de Tintori e declarou desejar aos venezuelanos “o mesmo que quero para os espanhóis, liberdade e direitos humanos”. Por sua vez, o então presidente da Câmara, Diosdado Cabello, declarou que a Venezuela não deseja ter boas relações com o presidente espanhol ou com seu governo.

No dia 16 de dezembro, o Presidente Maduro, com a ajuda de Diosdado Cabello, instalou um “Parlamento Comunal Nacional” dentro da própria sede da Assembleia Nacional. A iniciativa foi respaldada pelas leis venezuelanas, especialmente pela lei das comunas e pela lei habilitante. Em seu programa de rádio e TV, Maduro anunciou que dará “todo o poder ao Parlamento Comunal, e este será uma instância legislativa do povo desde a base”. Ao todo, mais de 600 legisladores de todos os conselhos comunais (CC) se instalaram na sede da Assembléia. Os CC são responsáveis por processos eleitorais, de decisão, execução, financiamento e controle de determinadas municipalidades. São ainda responsáveis pela implementação de algumas políticas públicas, tendo comissões divididas em diversas áreas, como saúde, cultura, educação urbana e rural, terra, mídia, economia popular, etc. Ainda não foram divulgados detalhes de como o novo parlamento funcionará, mas sabe-se que a lei permitirá que essas instâncias se movimentem sem impedimentos legais, consultando a população e gerando propostas nas áreas supracitadas. A medida foi rechaçada pela MUD, que a classificou como uma ameaça do oficialismo.

O chefe de campanha do PSUV e ex-diretor do CNE, Jorge Rodríguez, realizou uma série de denúncias de delitos eleitorais, irregularidades, e distorções no sistema que supostamente permitiu a computação de votos de pessoas falecidas, e/ou a anulação de votos. As denúncias, realizadas no dia 17 de dezembro, são embasadas pelo argumento de que não está claro qual foi a intenção do eleitor em alguns circuitos.

Fontes:

- CNE. “Elecciones a la Asamblea Nacional 2015”. (08/12/2015): <http://goo.gl/Ag4RSC>

RadAR GSUM

nº 3 - De 05 a 18 de Dezembro de 2015

- INTERNATIONAL CRISIS GROUP. “Venezuelan Poll Surprise Opens Prospect of Peaceful Change”. (07/12/2015): <http://goo.gl/o2WCwS>
- REUTERS. “Venezuela’s Opposition Wins Resounding Election Victory”. (07/12/2015): <http://goo.gl/Di5BjZ>
- EL PAÍS. “Nicolás Maduro pede a renúncia do seu Gabinete e endurece discurso”. (09/12/2015): <http://goo.gl/ogPfqj>
- INFOLATAM. “Oposición venezolana logra oficialmente mayoría calificada con 112 diputados”. (09/12/2015): <http://goo.gl/VHpWrH>
- EL PAÍS. “Capriles: ‘Estou extremamente preocupado com a atitude de Maduro’”. (09/12/2015): <http://goo.gl/JBMZel>
- INFOLATAM. “Maduro dice no apoyará “ninguna” ley de amnistía a favor de políticos presos”. (09/12/2015): <http://goo.gl/WDP6mu>
- INFOLATAM. “Maduro dice que si bancada opositora quiere revocarlo, irá al ‘combate’”. (09/12/2015): <http://goo.gl/RVVxuC>
- EL UNIVERSAL. “Maduro estimó una inflación cercana al 100% para el cierre del 2015”. (09/12/2015): <http://goo.gl/xpKvUr>
- INFOLATAM. “FMI confirma que Venezuela es el país con mayor inflación del mundo en 2015”. (10/12/2015): <http://goo.gl/QTMNJF>
- TELESUR. “Correa: oposición venezolana demuestra talante golpista”. (11/12/2015): <http://goo.gl/dihzoM>
- EL UNIVERSAL. “Maduro radicaliza su discurso y se prepara para la confrontación”. (13/12/2015): <http://goo.gl/BNHXQk>
- EFE. “Tras derrota, diputado chavista dice que hay que rectificar”. (13/12/2015): <http://goo.gl/nxYC0y>
- EFE. “El cardenal venezolano pide a Maduro ‘rectificar’ y a la oposición ‘humildad’”. (13/12/2015): <http://goo.gl/fiEX9V>
- EL ESPECTADOR. “Parlamento venezolano convoca última sesión antes que oposición tome control”. (13/12/2015): <http://goo.gl/FkDM2C>
- THE GUARDIAN. “Venezuela’s opposition won the election – but the real difficulties still lie ahead”. (15/12/2015): <http://goo.gl/3aBTNP>
- EL UNIVERSAL. “Chile dispuesto a gestionar diálogo entre Gobierno y oposición”. (14/12/2015): <http://goo.gl/zaY2Jb>
- EFE. “Capriles propone ‘ley candado’ para evitar que Gobierno ‘regale’ recursos”. (15/12/2015): <http://goo.gl/MVcTGJ>
- LA NACIÓN. “Oposición venezolana pide al PE apoyo para liberar presos antes de Navidad”. <http://goo.gl/devMrj>
- LA NACIÓN. “Crudo OPEP cae a 32,60 dólares, valor mínimo en más de diez años”. (15/12/2015): <http://goo.gl/cjGmtV>
- AP. “Venezuela: oficialismo instala parlamento comunal”. (16/12/2015): <http://goo.gl/yIQ0VM>
- INFOLATAM. “Maduro dice que dará ‘todo el poder’ al recién nombrado ‘Parlamento Comunal’”. (16/12/2015): <http://goo.gl/W8P60B>
- EFE. “Caballo asegura que Venezuela no quiere buenas relaciones con el gobierno de Rajoy”. (17/12/2015): <http://goo.gl/5mCyZB>
- INFOLATAM. “Chavismo cuestiona el resultado del mejor sistema electoral ‘del mundo’”. (17/12/2015): <http://goo.gl/SdC3N0>
- SPUTNIK. “Prevendo guerra, Maduro convoca propuestas para ‘retificar o bolivarianismo’”. (16/12/2015): <http://goo.gl/5lQkH6>
- EL PAÍS. “Chavismo dá o primeiro passo para manter o poder”. (17/12/2015): <http://goo.gl/9RC6qR>

Relatórios

❖ Calle2

Eleições e crise na Venezuela. (03/12/2015): <http://goo.gl/REGCJ9>

Radar GSUM

nº 3 - De 05 a 18 de Dezembro de 2015

❖ Foreign Affairs

“Chavismo in Pieces”. (07/12/2015): <https://goo.gl/cmQ4YO>

❖ Observador

Chavismo enfrenta maior desafio de sempre. “Adiós, Presidente”? (05/12/2015): <http://goo.gl/TQIN2c>

Declarações

❖ Departamento de Estado - EUA

Press Statement - Venezuelan Legislative Elections. (07/12/2015): <http://goo.gl/bvMBxC>

❖ Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty/Brasil

Nota 493: Eleições na Venezuela. (07/12/2015): <http://goo.gl/pkOcVI>

❖ Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores – Venezuela

Canciller Rodríguez: Aquí hay una autoridad electoral que ha dado una lección al mundo. (08/12/2015): <http://goo.gl/WIEzvN>

Presidente Maduro exige a EE. UU. respeto a la institucionalidad venezolana. (08/12/2015): <http://goo.gl/FdKo3q>

Canciller Rodríguez: Rectifiquemos al máximo nuestra eficiencia para derrotar a la contrarrevolución. (11/12/2015): <http://goo.gl/wMyj7X>

❖ UNASUL

Misión Electoral entregó informe preliminar al Consejo Nacional Electoral de Venezuela. (05/12/2015): <http://goo.gl/LG8fb5>

Comunicado Oficial de la Secretaría General. (05/12/2015): <http://goo.gl/v6o32f>

Fernández: “esperamos que no se interrumpa el flujo normal de las votaciones”. (06/12/2015): <http://goo.gl/m1i7Rd>

Representante Especial, Leonel Fernández cumplió visita al Estado Zulia. (06/12/2015): <http://goo.gl/Vg5mUc>

Samper: “Venezuela refrendó su democracia este 6D”. (07/12/2015): <http://goo.gl/kgeqVh>

Misión Electoral felicitó al pueblo venezolano por jornada electoral. (07/12/2015): <http://goo.gl/dxiMal>

Radar GSUM

nº 3 - De 05 a 18 de Dezembro de 2015

Representante Especial de Misión Electoral se reunió con la Canciller Delcy Rodríguez. (08/12/2015): <http://goo.gl/9Cn3Pf>

Misión Electoral entregó informe preliminar al CNE. (08/12/2015): <http://goo.gl/GUBKFn>

Comunicado del Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores de UNASUR. (11/12/2015): <http://goo.gl/PUQZIZ>

Venezuela & Guiana

Idas e vindas pelo Essequibo

Um helicóptero transportando vários soldados venezuelanos armados supostamente pousou na região oeste da Guiana no dia 02 de dezembro. As autoridades guianenses estão investigando as acusações de que os soldados haviam conversado brevemente com os residentes e deixaram o local dizendo que aquele não era o local que buscavam. O chefe militar Brig. Gen. Mark Phillips alegou ter imagens do helicóptero.

Após as eleições que deram o controle do congresso à oposição em Caracas, o governo da Guiana parece otimista sobre a melhoria das relações com a Venezuela. O Ministro de Estado guianense, Joseph Harmon, disse a uma conferência de imprensa que o presidente Granger e seu governo “**permanecem firmes para trazer uma solução definitiva para esta controvérsia**”. A ExxonMobil Corp continua estudando as condições do fundo do mar, em preparação para a avaliação da significativa **jazida de petróleo descoberta em Essequibo**. O território de Essequibo, reivindicado pela Venezuela, corresponde a 40% do território guianense.

Fontes:

- COUNCIL ON HEMISPHERIC AFFAIRS. “*What lies ahead for Venezuela, Guyana, and the Caribbean*”. (11/12/2015): <http://goo.gl/j6mXZf>
- GINA. “*Minister Trotman tours ExxonMobil’s contracted geophysical survey ship*”. (16/12/2015): <http://goo.gl/gLHkk4>
- LATIN AMERICA HERALD TRIBUNE. “*Guyana Remains Optimistic on Improving Relations with Venezuela*”. (17/12/2015): <http://goo.gl/mWtXtg>
- LATIN AMERICA HERALD TRIBUNE. “*ExxonMobil Evaluates Oil Deposit in Venezuela-Contested Waters off Guyana*”. (17/12/2015): <http://goo.gl/lp1ufc>
- AP. “*Guyana says Venezuela military helicopter landed on its soil*”. (04/12/2015): <http://goo.gl/GI41bH>

Sobre o Radar

O Radar GSUM é uma plataforma de monitoramento quinzenal dos atuais conflitos na América Latina.

 Nos siga no Facebook! www.bricspolicycenter.org/gsum | gsum@bricspolicycenter.org



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org

